ISSN: 2358-8829

ADAPTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: CAMINHOS PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Carla Cristina Goulart Farias [1]
Luana Tarcila Marins Basílio [2]

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste artigo se deu na atuação de pedagogas do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPPA) do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). O núcleo, composto por uma equipe multiprofissional de psicólogas, pedagogas, fonoaudiólogas, ledores e intérpretes de Libras, atende a todos os estudantes de graduação que buscam suporte para os desafios da vida acadêmica ou que apresentam necessidades específicas de aprendizagem, assim como transtornos do neurodesenvolvimento. Nos atendimentos, ao investigar a trajetória escolar e os recursos oferecidos na educação básica para mapear os desafios do ensino superior, os profissionais do NAPPA deparam-se diretamente com as marcas e lacunas do percurso histórico da educação inclusiva no Brasil.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido a educação como um direito universal e dever do Estado, a efetivação concreta desse direito exigiu constantes reformas e a pressão ativa de movimentos sociais para visibilizar sujeitos historicamente segregados ou restritos ao atendimento assistencial e privado. A consolidação desse arcabouço ganhou impulso ao longo dos anos 1990 e 2000, com marcos como a criação da Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC em 1992), a Declaração de Salamanca (1994), a LDB nº 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

Entretanto, a existência da lei por si só não garante a permanência e a aprendizagem efetiva no cotidiano acadêmico. Para superar esse hiato entre a norma e a

[1]Mestre pelo Curso de Pós- Graduação em Ensino em Educação Básica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ,carlacristinafarias@unifeso.edu.br
[2]Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação com Especialidade em Organização e Gestão de Centros Educativos da Fundação Universitária Iberoamericana- FUNIBER,luanabasilio@unifeso.edu.br

ISSN: 2358-8829

prática, desafio vivenciado rotineiramente nas intervenções do NAPPA, revela-se fundamental compreender como a acessibilidade curricular se materializa no dia a dia, diferenciando três conceitos frequentemente confundidos.

Sobre os conceitos que serão abordados neste trabalho, destacam-se: a adequação, que foca principalmente na infraestrutura e nos recursos instrumentais; a adaptação curricular, que se apoia em ajustes pontuais e reativos voltados a um aluno específico; e a flexibilização pedagógica, que se apresenta como a ação de redesenhar a prática pedagógica planejando a aula, desde a sua origem, para a diversidade da turma. Diante da necessidade de transformar a acolhida de estudantes marcados por históricas adaptações pontuais, o objetivo deste trabalho é analisar como a transição das adaptações reativas para a flexibilização pedagógica pautada no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) contribui para a construção de uma prática educacional mais justa e equânime, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Considera-se, para isso, que os desafios e a necessidade de suporte para estudantes neurodivergentes não terminam e muitas vezes não são sanados em um único período de seu percurso acadêmico. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o artigo estrutura-se na análise da evolução das leis, nas distinções conceituais operacionais e nos desafios cotidianos enfrentados pela docência.

As discussões indicam que a flexibilização pedagógica e o DUA funcionam como instrumentos cruciais de equidade que rompem com a lógica da normalização e do assistencialismo, articulando o ensino regular ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conclui-se que a consolidação de uma universidade e de uma escola verdadeiramente inclusivas exige a superação contínua dos discursos normatizadores, reafirmando a diferença como um valor humano enriquecedor e a educação como um direito universal e efetivamente acessível.

METODOLOGIA

Referenciado a partir de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e de caráter exploratório, o presente trabalho foi desenvolvido com o intuito não apenas de compreender, mas de ressaltar as contribuições contemporâneas de referenciais teóricos que discutem os conceitos de adaptação, adequação curricular e flexibilização

ISSN: 2358-8829

pedagógica, apontando caminhos para práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. A abordagem metodológica foi selecionada pela possibilidade de reunir, sistematizar e analisar produções científicas que tomam esses conceitos como eixo central, permitindo um exame crítico e fundamentado sobre as temáticas investigadas.

Conforme destaca Gil (2019), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em materiais já publicados sobre o tema, como livros, periódicos científicos e documentos institucionalizados (teses e dissertações). Sob essa perspectiva, Minayo (2016) aponta que a pesquisa qualitativa dedica-se a compreender os significados, as motivações e as interpretações atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos sociais. No âmbito deste estudo, essa abordagem possibilita analisar os conceitos relacionados às práticas pedagógicas inclusivas de forma ampliada, ultrapassando os ajustes puramente físicos para considerar a centralidade do currículo frente aos desafios contemporâneos.

Trata-se, ainda, de uma investigação exploratória que, conforme Severino (2017), busca ampliar o conhecimento do pesquisador sobre determinado objeto sem a pretensão de esgotá-lo, abrindo novas possibilidades de compreensão. Nesse sentido, este artigo não se limita ao mapeamento teórico; busca, sobretudo, elaborar uma reflexão crítica que articule as diferentes dimensões da atuação docente e o papel das instituições de ensino, fortalecendo a corresponsabilidade no processo de ensino-aprendizagem.

Diante do contexto apresentado, o procedimento metodológico estruturou-se em três etapas principais:

1. **Levantamento bibliográfico:** busca realizada em bases de dados e repositórios acadêmicos (Google acadêmico, CAPES e SciELO), priorizando autores de referência no campo educacional, além de documentos normativos e políticas públicas correlatas;
2. **Seleção e categorização do acervo:** organização do material selecionado em torno de quatro eixos centrais — Adequação Curricular, Adaptação Curricular, Flexibilização Pedagógica e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);
3. **Análise crítica e interpretativa:** articulação fundamentada na revisão narrativa, ultrapassando a mera descrição conceitual para promover o diálogo entre as

fontes. Conforme apontam Cordeiro et al. (2007), a revisão narrativa possibilita uma apreensão ampla e interpretativa do estado da arte, revelando-se adequada para investigações de cunho teórico-crítico.

Assim, o percurso adotado vai além da simples compilação de fontes, configurando-se como um processo analítico que articula teoria e prática, inserindo as contribuições dos autores em uma rede teórica significativa. Como aponta Severino (2017, p. 102):

> A pesquisa bibliográfica, ao revisitar criticamente o acervo produzido, permite ao pesquisador não apenas compilar informações, mas sobretudo dialogar com as ideias, confrontando-as e reelaborando-as em novas perspectivas. Esse exercício não se limita a repetir o que já foi dito, mas a reinterpretar os conteúdos existentes, criando condições para a produção de sínteses originais e para a abertura de novos horizontes investigativos.

Ao pautar-se em uma abordagem bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, este estudo reafirma seu compromisso com a produção de um conhecimento crítico, premissa fundamental visto que as práticas pedagógicas inclusivas exigem constante ressignificação diante das demandas educacionais contemporâneas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de reconstituir o percurso histórico e normativo da Educação Inclusiva, faz-se indispensável analisar as políticas educacionais dedicadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência (historicamente designadas em diferentes documentos como sujeitos com necessidades educacionais especiais). Nesse percurso, sobressaem-se a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que se estabelece como importante marco orientador das garantias de acessibilidade escolar e integração social (BRASIL, 2015).

Com base nesses dispositivos legais, pesquisas no campo da educação analisam a relação entre as normativas vigentes, a inclusão escolar e a acessibilidade curricular (BARBOSA; SARDAGNA, 2021). Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs) configuram-se como documentos fundamentais para apreender as diretrizes iniciais de adequação e flexibilização da prática pedagógica, definindo-as como:

> [...] estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola. (BRASIL, 1998, p. 15).

Nessa mesma direção, autores como Zanata (2004), Lopes (2010), Oliveira (2011) e Truda (2012) aprofundam a investigação sobre as flexibilizações curriculares e a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. Complementarmente, o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é abordado por Góes e Costa (2022), cuja obra organizada oferece um panorama inovador sobre a eliminação de barreiras de aprendizagem e o engajamento estudantil. As contribuições reunidas pelos autores articulam pressupostos teóricos a estratégias práticas, fornecendo caminhos para a consolidação de uma práxis inclusiva.

Outros autores e teóricos do campo da educação e de extrema relevância para a construção deste trabalho estão de forma muito marcante alinhavados em em diversas ideias, como não poderia deixar de ser mencionado Paulo Freire. As contribuições de Paulo Freire estendem-se à própria concepção de currículo, compreendido não como uma lista estática de conteúdos a serem transmitidos, mas como um instrumento de transformação social e formação crítica (FREIRE, 1970). Na *Pedagogia do Oprimido*, o autor defende um processo educativo pautado no diálogo e enraizado na realidade dos sujeitos, em que os saberes prévios e o contexto cotidiano dos estudantes constituem a base para uma construção ativa e compartilhada do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão sobre a inclusão e o uso de adaptações curriculares no Brasil não pode ser vista apenas pelo ângulo legal. Historicamente, essas práticas começaram a ser desenhadas em movimentos nacionais e internacionais bem antes de virarem normas no país. Esse movimento ganhou força nas políticas públicas brasileiras a partir do alinhamento com diretrizes globais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Desde então, a Educação

ISSN: 2358-8829

Especial deixou de ser um sistema separado e passou a atuar como complemento e suplemento ao ensino regular.

Ao acompanhar essa trajetória entre os anos 1970 e 2010, percebe-se uma mudança importante de vocabulário e de intenção: o termo adaptação foi aos poucos dando lugar à flexibilização pedagógica. Apoiando-nos nas ideias de Foucault (Lopes, 2009), essa transição reflete a própria transformação da sociedade. Saímos de um modelo educacional disciplinar preocupado em padronizar e moldar corpos dóceis e entramos em uma sociedade de controle, onde o que se exige é a capacidade de ser flexível e adaptável o tempo todo.

Essa mudança ganhou o reforço dos discursos da psicologia e da neurociência aplicados à educação. Desde a difusão dos estudos sobre a psicogênese da língua escrita no Brasil, nos anos 1980, com destaque para os trabalhos de Emília Ferreiro, ficou evidente que as crianças não aprendem ao mesmo tempo nem da mesma forma. A valorização desse "aluno singular", que tem seu ritmo e interesses respeitados, abriu espaço tanto para as adaptações de conteúdo quanto para a ideia de flexibilização pedagógica. Ao mesmo tempo, passou-se a cobrar uma "docência flexível": cabe ao professor inventar caminhos, rotinas e materiais para contemplar a diversidade da turma.

Diversas pesquisas acadêmicas confirmam a importância desse movimento. Zanata (2004) aponta que o professor precisa ser criativo e saber lidar com o imprevisto na sala de aula. Lopes (2010) e Truda (2012) reforçam que adaptar o currículo é fundamental para incluir alunos com deficiência intelectual, mas lembram que essa tarefa não é só do professor, exigindo formação continuada e o empenho de toda a escola por meio do seu Projeto Político-Pedagógico. Oliveira (2011) caminha na mesma linha ao defender estratégias individualizadas. Já no ensino superior, Provin (2011) mostra que as universidades também vêm criando projetos para garantir que os estudantes não apenas entrem, mas consigam concluir seus cursos.

Embora todos esses autores (ZANATA, 2004; LOPES, 2010; OLIVEIRA, 2011; TRUDA, 2012) concordem que flexibilizar é o melhor caminho, torna-se indispensável olhar, ainda que de forma resumida, para cada conceito. Para compreender como essa

ISSN: 2358-8829

dinâmica se materializa no dia a dia do estudante (com ou sem laudo diagnóstico), revela-se fundamental diferenciar três conceitos que frequentemente são confundidos na prática pedagógica: adequação curricular, adaptação e flexibilização pedagógica .

ADAPTAÇÃO, ADEQUAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A adequação curricular envolve os ajustes na infraestrutura e na rotina organizacional da escola, tratando de adequar espaços, materiais e recursos de comunicação para garantir o acesso físico e a participação dos estudantes sem barreiras.

A adaptação curricular, por sua vez, refere-se a modificações pontuais voltadas a um aluno específico a partir de um diagnóstico. Conforme apontam os estudos sobre Formação Docente, a adaptação costuma ocorrer de modo reativo; ou seja, a aula é planejada para a maioria e, posteriormente, o professor altera conteúdos, tempos ou avaliações no intuito de adequar o estudante ao planejamento pré-existente.

Já a flexibilização pedagógica (ou curricular, como também foi apresentada em alguns documentos) pauta-se na premissa de que, ao invés de esperar o aluno ter dificuldade para depois adaptar, há a orientação de se pensar a aula desde o começo para todos. Esse conceito se conecta diretamente ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe variadas formas de ensinar, de explicar os conteúdos e de motivar a turma, respeitando o estilo de aprendizagem de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso de investigação sobre os conceitos que fundamentam as práticas pedagógicas inclusivas, ficou evidente a indissociabilidade entre adaptação, adequação curricular e flexibilização pedagógica. Se, por um lado, a análise crítica nos alerta para os riscos de transformar a flexibilização pedagógica em mera estratégia de regulação ou em um imperativo individualizante, por outro, ela escancara a urgência de reestruturamos as formas de ensinar e avaliar. É nesse ponto de convergência que a perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) se consolida como uma alternativa metodológica potente e efetiva, aplicável desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

Originado na arquitetura e transposto para o campo educacional, o Desenho Universal propõe uma virada conceitual indispensável: a acessibilidade não deve ser um puxadinho ou uma resposta posterior ao fracasso, mas uma premissa do planejamento. O ponto central do DUA é antecipar a diversidade das salas de aula, impedindo que os próprios materiais, métodos, tempos e avaliações se tornem as barreiras para a aprendizagem.

Ao invés de exigir que o estudante se encaixe em um currículo rígido, ou de sobrecarregar o docente com a elaboração de um plano isolado para cada aluno, a perspectiva DUA defende a construção de um ensino genuinamente flexível em sua origem. Ao oferecer múltiplos caminhos para acessar o conhecimento, engajar-se nas tarefas e demonstrar o que foi aprendido, abrem-se possibilidades reais para o redesenho da prática docente.

Sem a pretensão de esgotar um debate tão complexo, este estudo reitera que a diversidade é a regra, e não a exceção, dos espaços acadêmicos. Planejar o ensino a partir de uma suposta "média" de estudantes é perpetuar a exclusão daqueles que não se encaixam nesse padrão idealizado. Trata-se, portanto, de substituir a lógica dos ajustes pontuais por uma arquitetura curricular verdadeiramente inclusiva, acessível e diversificada, na qual o direito de aprender seja garantido a todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Adaptação Curricular; Flexibilização Pedagógica; Desenho Universal para a Aprendizagem.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos, primeiramente, a todos os autores cujas obras e contribuições teóricas fundamentaram nossa pesquisa e enriqueceram nossas reflexões. Expressamos também nossa gratidão ao Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) pela oportunidade de desenvolvermos, por meio do NAPPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade), um trabalho pautado na troca de conhecimentos, estudos e experiências entre a equipe multiprofissional. Agradecemos, especialmente, aos estudantes atendidos, cujas vivências, necessidades e trajetórias constituem uma fonte permanente de aprendizado, reflexão e aprimoramento de nossas práticas. São essas trocas que fortalecem nosso compromisso com uma educação cada vez mais inclusiva, acessível e humanizada.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial: Durante a preparação deste trabalho, as autoras utilizaram o ChatGPT da OpenAI (Versão 4o) com o objetivo de revisar a gramática, aprimorar a clareza do texto e refinar a redação em língua portuguesa. As autoras revisaram criticamente e editaram o conteúdo gerado, assumindo total responsabilidade pelo texto final e declarando que a ferramenta não substituiu a autoria intelectual do manuscrito.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. da S.; SARDAGNA, H.V. O corpo da deficiência sob o olhar docente no Atendimento Educacional Especializado. Revista Diálogo Educacional, v. 21, n. 70, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Ministério da Educação, 2015.

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação inclusiva. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 95–132.

FOUCAULT, M. Segurança, território e população. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Anderson Roges Teixeira; COSTA, Priscila Kabbaz Alves da (org.). **Desenho universal e desenho universal para aprendizagem**: fundamentos, práticas e propostas para educação inclusiva. v. 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 309 p. ISBN 978-65-265-1712-3. DOI 10.51795/9786526517123. Disponível em: https://doi.org/10.51795/9786526517123

LOPES, Esther. Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2010.

OLIVEIRA, Marilanda Janine de. Adaptações curriculares na educação inclusiva. 2011. Monografia (Especialização em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TRUDA, Carla Andréa Luvizetto Selistre. Adaptação e flexibilização curricular: caminhos, discussões e possibilidades. 2012. Monografia (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Salamanca: Unesco, 1994. UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien: UNICEF, 1990.

ZANATA, Eliana Marques. Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2004.